



## **OS EFEITOS SOCIOECONÔMICOS DA PARCERIA ENTRE A AGROINDÚSTRIA DO DENDÊ E A AGRICULTURA CAMPONESA EM TOMÉ-AÇU, PARÁ**

**JADSON ALBUQUERQUE<sup>1</sup>**  
**ADRIANO RODRIGUES DE OLIVEIRA<sup>2</sup>**

**Resumo:** A partir do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, em 2004, e do Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo, em 2010, o município paraense Tomé-Açu, berço do sistema agroflorestal no Pará, passa a compor, entre outros municípios, o polo de produção de dendê no estado, no qual empresas como Biopalma e Belém Bioenergia passam a integrar camponeses a sua cadeia produtiva, transformando-os em fornecedores da matéria prima, sob a retórica de inclusão social e econômica. Objetivamos analisar os efeitos socioeconômicos da referida integração sobre o campesinato local.

**Palavras-chave:** Integração à agroindústria; palma africana; campesinato.

**Abstract:** Starting from the National Program for the Production and Use of Biodiesel in 2004 and the Program for the Sustainable Production of Palm Oil in 2010, Tomé-Açu in state of Pará, the cradle of the agroforestry system in Pará, is composed, among other municipalities, the oil palm production hub in the state, in which companies such as Biopalma and Belém Bioenergia begin to integrate peasants into their production chain, transforming them into suppliers of raw material, under the rhetoric of social and economic inclusion. We aim to analyze the socioeconomic effects of this integration on the local peasantry.

**Key-words:** Integration with agroindustry; African palm; Peasantry.

### **1 – Introdução**

O texto faz parte das reflexões de uma pesquisa que busca compreender as mudanças estruturais do espaço rural do município em Tomé-Açu/PA, a partir do sistema de integração implementado pela agroindústria do dendê (conhecido internacionalmente como palma africana) junto aos camponeses locais. Assim, serão utilizadas algumas informações preliminares, obtidas em campo no mês de março do

---

<sup>1</sup> - Acadêmico do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal De Goiás. E-mail de contato: albuquerquejon@gmail.com

<sup>2</sup> - Professor membro do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás. E-mail: adriano.ufg@gmail.com



ano de 2017, objetivando uma análise acerca dos efeitos que tal integração tem representado à dinâmica socioespacial de algumas famílias camponesas.

A partir da criação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), em 2004, e do Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo (PPSPO), em 2010, o dendê passou a compor a produção do agrocombustível. Neste contexto, o município de Tomé-Açu, compõe juntamente com outros municípios o polo de territorialização das empresas deste segmento; que atuam comprando e arrendando terras, assalariando e explorando colonos, como muitos se autodenominam, em suas terras ao invés de sua inserção qualificada na cadeia de produção do biodiesel, como preconiza o Programa (PNPB, 2004), mostrando as contradições e assimetrias que tem se reproduzido no nordeste paraense em torno desta temática. Nesta perspectiva, o PNPB tem reproduzido a fórmula consagrada de política pública brasileira em dar formas de acesso à renda pelo viés da reprodução do capital, sem modificações estruturais (FERNANDES, 2008). Neste sentido, a problemática que emerge pode ser dividida em duas perguntas, quais sejam: de que forma a territorialização das empresas de dendê tem interferido na organização socioeconômica do campesinato local? E quais os efeitos desse processo até o momento?

## **2 – O Sistema de Integração: ações e contradições**

O final do século passado reserva importantes iniciativas, em âmbito mundial, referente a preocupação com o meio ambiente e ao mesmo tempo a implementação do chamado desenvolvimento sustentável, a busca de matrizes energéticas alternativas e, o que se convencionou a chamar de “ecologicamente correto”<sup>3</sup>. Entrando no século 21 o Brasil lança, em 2004, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, no âmbito do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, que visou expandir os horizontes do agrocombustível no país com diretrizes

---

<sup>3</sup> Esta formulação, em suma, refere-se ao uso de materiais ou matérias-primas não poluentes, não tóxicas ao meio ambiente e a saúde humana e está conciliada ao desenvolvimento econômico e social sustentável. Na verdade, esta assertiva está mais no campo da retórica de marketing dos grandes conglomerados econômicos do que de fato aplicado à suas ações e tem servido historicamente como eufemismo para camuflar as ações predatórias do capital.



específicas e metas a serem atingidas, este programa representa uma resposta brasileira ao contexto que se seguia.

Diante desse novo contexto geopolítico mundial relacionado à questão ambiental, busca-se de alguma forma adotar um novo paradigma de desenvolvimento, agora sustentável, que não nega as contradições do desenvolvimento, mas vê a importância e a possibilidade de se buscar uma conciliação entre crescimento econômico e preservação ambiental. (MACEDO, C. *et al.*, 2012, p. 2).

Atreiou-se, ao PNPB, a proposta de inclusão social da agricultura camponesa em todo território nacional, introduzindo-a na cadeia produtiva do agrocombustível por meio do Selo Combustível Social (SCS) que dá vantagens às empresas do ramo como, incentivos fiscais, redução de impostos, preferência em leilões da Agência Nacional de Petróleo etc. Destaca-se a firmação de um contrato entre o agricultor e a empresa no qual aquele passa a ser fornecedor de matéria prima, no caso de uma oleaginosa específica, para a indústria processadora, garantindo, em tese, uma regularidade comercial, o aumento da renda para os agricultores e sua “inclusão social”.

A mesorregião nordeste paraense tem sido palco de uma reconfiguração territorial por meio destas parcerias, compras e arrendamentos de terras (NAHUM; SANTOS, 2015). Em Tomé-Açu, mais significativamente a partir de ano de 2010, houve pelo menos dez reuniões que envolveram as empresas<sup>4</sup> de dendê com o sindicato dos trabalhadores rurais (STR) do município para o alinhamento das propostas e o refinamento das ações que delimitaria a integração entre a agroindústria e os camponeses<sup>5</sup>. É importante destacar que o sistema de integração pode ser definido como:

[...] uma forma de articulação entre agroindústrias e produtores agropecuários, em que o processo de produção é organizado industrialmente, com aplicação de tecnologia e capital, os produtores integrados são aqueles que recebem insumos ou orientações técnicas

<sup>4</sup> No município de Tomé-açu atuam atualmente as empresas Biopalma/Vale e a Belém Bioenergia/Petrobrás, esta última em convenio com a portuguesa Galp.

<sup>5</sup> Entende-se o campesinato como classe social que possui especificidades e contradições próprias em seu desenvolvimento dentro do modo de produção capitalista. Em contraponto, ao utilizar-se agricultura familiar neste texto, está se referindo a categoria de enquadramento institucional/operacional estatal utilizadas para implementação de políticas públicas para a classe camponesa.



de uma agroindústria, com o objetivo de produção de matéria-prima e, em contrapartida, ficam obrigados a vender a produção para a referida empresa (PICANÇA FILHO; MARIN, 2012, p. 195).

Em entrevista com os representantes sindicais percebe-se que o STR desempenhou um papel central nesse processo prévio à firmação dos contratos, com um discurso cauteloso que buscou, segundo os representantes sindicais, orientar os agricultores para que fizessem a melhor escolha, tendo em vista a duração do contrato que é de vinte e cinco a trinta anos e a peculiaridade com o trato da palmeira do dendê que não é de costume das culturas camponesas. Após os encontros os contratos foram firmados sem a presença do STR, dando-se individualmente com a maioria dos camponeses e sob anuência de outro sindicato por meio da emissão da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP).

O Pronaf Eco Dendê é a principal linha de crédito para a implementação e manutenção da área de dendê por camponeses integrados, é um financiamento de R\$ 80.000,00 (R\$ 8.000,00, por hectare) com reembolso em até quatorze anos, seis anos de carência e juros a dois por cento ao ano.

A territorialização de empresas de dendê na mesorregião nordeste paraense tem um histórico longo pautado em uma agenda específica que, em suma, refere-se à Modernização Conservadora e seu pacote que conta com interesses políticos, investimentos públicos beneficiando diretamente empresas privadas, implementação de técnicas agrícolas de otimização da produção (pacote tecnológico), manutenção da estrutura fundiária, agenda de exportação. Delgado resume bem este contexto ao dizer

A integração de capitais entendida como forma de fusão de capitais agrários, industriais, comerciais e bancários, conjugada ao apoio financeiro dessas corporações no âmbito da política governamental, representa uma maneira particular de articulação do capital financeiro com a agricultura. (DELGADO, 2012, p. 29)

Estamos diante de uma agricultura que tem como *modus operandi* a implementação crescente de diferentes venenos para blindar as plantas de outros organismos parasitários que prejudiquem a produção e o lucro, atrelado à esta lógica estão a mecanização, a modificação genética de espécies (transgenia), uso intensivo



de recursos hídricos, degradação do solo etc. Neste contexto faz presente a agricultura capitalista que aqui é tida como o próprio agronegócio.

A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para “modernizá-la”. É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. (FERNANDES; MOLINA, p. 15, 2005)

A orquestração em torno da agroindústria do dendê no Pará e seu desenvolvimento pode ser explicada por meio de dois conceitos que Oliveira (2004) propõe, são eles: a monopolização do território pelo capital e a territorialização do monopólio do capital. Aquele se dá por meio da integração à agroindústria do dendê, ou seja, no momento em que a empresa não dispensa capital mas captura renda da terra e, por sua vez, este acontece com a expansão das áreas plantadas da empresa que, em alguns casos, provocaram e provocam o deslocamento ou o cercamento de sua produção camponesa e, quando ocorre a compra da terra, a saída para a cidade.

Fig. 1: Estrada em meio a monocultura do dendê em Tomé-açu



Fonte: Relatório de Sustentabilidade Biopalma, 2015

A partir da incursão à campo, percebe-se que o processo de monopolização do território pelo capital tem sido mais evidente em detrimento da territorialização *stricto sensu*. O estágio avançado de integração entre unidades camponesas e a agroindústria demonstra aquele fenômeno mais nitidamente. Assim, nos



aproximamos da conclusão que Gomes *et al* (2016) chegaram em pesquisa no município de Concórdia do Pará, que faz parte do polo do dendê, em que mostrou que a lógica interna da unidade camponesa se sobressai à ação predatória do capital e ao mesmo tempo é capturada por ela, dando corpo a monopolização em tela.

O que vem ocorrendo atualmente é, portanto, no âmbito da integração, uma maneira que o capital monopolista encontrou de se desenvolver nesta parte da Amazônia, e para isso não tem prescindido somente de relações tipicamente capitalistas, mas que se está diante de um processo de subordinação da produção camponesa por meio da apropriação da renda da terra (OLIVEIRA, 2004). Estamos diante de um processo de perda da autonomia camponesa, no qual este vai perdendo a liberdade de plantar o que quiser em sua terra, passando a agir sob recomendações do técnico agrícola da empresa e tem que seguir as diretrizes que interferem no seu processo e ritmo de trabalho que agora são definidos de fora para dentro. A captura do trabalho deste sujeito, de sua família e de toda sua lógica interna, é o que nos leva a acreditar no estabelecimento de uma complexificação das relações de trabalho e “indica haver uma rica trama de relações, de fragmentações, de valores, de significados e de subjetividades” (THOMAZ JÚNIOR, 2004, p. 136).

Outro elemento tem contribuído para uma divisão entre os agricultores integrados, dos que estão tendo sucesso em entregar os cachos frescos de dendê e os que tem dificuldades para tal, a localização da propriedade em relação a rodovia estadual, algumas margeiam a estrada enquanto outras chegam a estar mais de dez quilômetros de distância de onde irá passar o caminhão da indústria recolhendo a produção. Isto tem encarecido demasiadamente os custos de alguns integrados o que põe em cheque esta denominação e discurso da inclusão, tanto do ponto de vista social quanto econômico, que neste caso gera uma distinção entre os que ganham mais e os que ganham menos.

No que tange a inclusão social, pela referida integração, primeiramente é necessário identificar o(s) ponto(s) de exclusão – excluídos de que? – a que os grupos estão submetidos e isto requer tempo e maturidade analítica. O que se percebe agora é uma interferência no modo de vida camponês, este entendido como



[...] um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a parte de relações pessoais e imediata, estruturadas em torno da família e de vínculos de sociabilidade, informação pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade (MARQUES, 2004, p. 145)

Diante da forma como o capital tem operado neste espaço, vislumbramos estar diante de um atrito de formas distintas de produção e realização, enquanto o capital objetiva o lucro, a unidade camponesa objetiva a realização da vida e sua reprodução social (Bourdieu, 1998), esta última podendo estar ameaçada às redefinições exógenas.

### **3- O Estranhamento e a Ressignificação da Tradição: processos de continuidades**

A chegada do dendê não deve ser analisada como um processo avassalador de expropriação e da formação de um “campo sem camponeses”, ou seja, de uma territorialização em sua totalidade. Ao contrário, torna-se necessária uma análise mais aprofundada que leve em conta a heterogeneidade dos territórios, os modos de vida da classe camponesa, assim como seus processos de resistências e inflexões.

Tomé-Açu é um município notório pela produção de pimenta-do-reino e pelo uso dos sistemas agroflorestais (SAF's)<sup>6</sup>, destacando-se a produção de açaí, cacau, cupuaçu, maracujá etc. A introdução dos SAF's no município se deu como uma alternativa econômica às perdas de pimentais devastados por pragas entre décadas de 1950 e 1970 (HOMMA, 2004). Atualmente a produção camponesa no município consiste em culturas integradas, sejam elas temporárias, semiperenes e perenes.

O trato com o dendê e a integração são muito recentes se comparado ao manuseio da pimenta-do-reino, por exemplo, que se destaca como uma das principais culturas da produção camponesa no município. A mudança e a especialização produtiva não são vistas como aspectos positivos para estes sujeitos que se acostumaram a diversidade de culturas agrícolas e ao contato com a comercialização

---

<sup>6</sup> Corresponde ao consorcio de culturas agrícolas com espécies arbóreas, é antônimo do monocultivo e contribui para diversidade biológica, captura de carbono e ameniza as limitações para a atividade agrícola (EMBRAPA, 2004; KATO et al [s. d.]).



de parte de sua produção. Dessa maneira, plantar somente dendê é, para muitos, um risco que não estão dispostos a correr, revelando a solidez de um ponto de vista, embasada em uma perspectiva de autonomia.

A “realidade social” [...] também é um objeto de percepção. E a ciência social deve tomar como objeto não apenas essa realidade, mas também a percepção dessa realidade, as perspectivas, os pontos de vista que, em função da posição que ocupam no espaço social objetivo, os agentes têm sobre essa realidade. (BOURDIEU, 1990, p. 156-157)

Há uma resistência por parte de algumas famílias em plantar dendê por medo de se tornar uma atividade inviável e prejudicar as atividades já desenvolvidas na unidade familiar. Assim muitos preferiram permanecer nas atividades que outrora já vinham desenvolvendo e comercializando.

A foto da figura 2, a seguir, demonstra uma família trabalhando na plantação de pimenta do reino, que permanece como uma das principais atividades agrícolas nas unidades camponesas.

Fig. 2: Família trabalhando na plantação de pimenta-do-reino



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

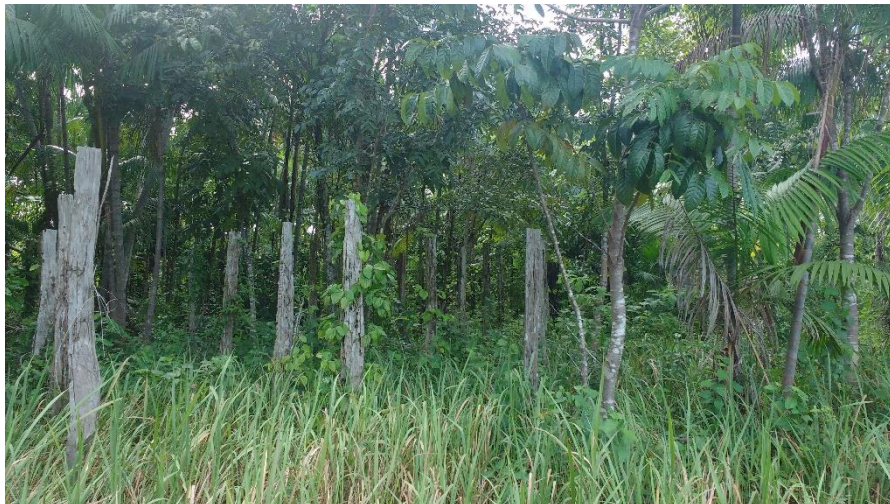
Ao caminhar por algumas propriedades é comum enxergar paisagens como a da imagem seguinte, que revela o funcionamento dos SAF's que têm sido utilizados com sucesso há algumas décadas. Na foto da figura 3, temos um pimental com onze anos, já em estado avançado de decadência produtiva, com açazeiros, cacauzeiros





em estágios produtivos, estes dois últimos plantados na mesma área da pimenta-do-reino logo nos primeiros anos.

Fig. 3: Sistema Agroflorestal: pimenta-do-reino, açaí e cacau



Fonte: Trabalho de campo, 2017.

#### **4- Considerações Finais**

Conforme demonstrado, a expansão do agronegócio do dendê na região nordeste do estado do Pará, tem reestruturado as formas de organização da agricultura camponesa.

O sistema de integração, implementado no município de Tomé-Açu, foi impulsionado pela ação estatal, por meio do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel. A territorialização de empresas como Biopalma/Vale e a Belém Bioenergia/Petrobrás e as parcerias desenvolvidas com os camponeses, denotam os processos de territorialização e monopolização do capital.

A instauração desses processos no estado do Pará, se insere no processo recente de reestruturação produtiva do capital, por meio de fusões de capital e formação de *holdings* para acumulação ampliada no campo. O Brasil, no contexto da América Latina tem se constituído em terreno fértil pela presença forte do Estado, atuando na operacionalização de políticas públicas que têm convertido a agricultura em produtora de energias, legitimando-se no discurso da necessidade premente de redução do uso de energias oriundas de combustíveis fósseis.



Em que pese o caráter hegemônico desse processo, os camponeses de Tomé-Açu têm encontrado algumas formas de resistência, por meio da manutenção de cultivos tradicionais – como a pimenta do reino – e outros itens que compõem a produção de autoconsumo, e, ancorada na diversidade produtiva.

## 5- Referências

BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

\_\_\_\_\_. **O Poder Simbólico**. – 2. ed. – Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

DELGADO, Guilherme Costa. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio do século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012. 142 p.

EMBRAPA. **Sistemas Agroflorestais (SAF's)**. Brasília, DF, 2004. Disponível em <<https://www.embrapa.br/busca-de-produtos-processos-e-servicos/-/produto-servico/112/sistemas-agroflorestais-safs>>. Acesso em: 25 maio 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial: questão agrária. In: BUAINAIN, A. M. (org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2008. p. 173-230

HOMMA, A. K. O. **Dinâmica dos Sistemas Agroflorestais: o caso da colônia agrícola de Tomé-açu, Pará**, [s. l. s. n.], 2004.

KATO, O. R. et al. **Projeto Dendê: sistemas agroflorestais na agricultura Familiar**. [s. l. s. n.], [s. d.]

MARQUES, M. I. M. **O lugar do modo de vida tradicional na modernidade**. In: OLIVEIRA, A. U. & MARQUES, M. I. M. (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela / Paz e Terra, 2004, p. 145-158.

PICANÇO FILHO, A. F.; MARIN, J. O. B. **Contratos de fornecimento de cana-de-açúcar: as assimetrias de poder entre os agentes**. *Interações, Campo Grande*, v. 13, n. 2, p. 191-202, 2012.

THOMAZ JÚNIOR, A. **Se Camponês, Se Operário!** Limites e desafios para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. *Geografia e Trabalho no século XXI – Vol. 02*, [S. l.], 2004.